

DECOLONIZAÇÃO NO ENSINO DA ARTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

DESCOLONIZACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE ARTE EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Katiane Ferreira

Licencianda em Artes Visuais/UFPEL
katianel.f.dasilva@gmail.com

Letícia Lemos

Licencianda em Artes Visuais /UFPEL
le_lemoss@hotmail.com

Deivi Motta

Licenciando em Artes Visuais /UFPEL
deivimottadasilva@gmail.com

Caroline Bonilha

Doutora em Educação Ambiental/UFPEL
bonilhacaroline@gmail.com

RESUMO

A história única, a educação bancária, a precarização do ensino-aprendizagem e os cortes diversos na educação brasileira, vem sendo desenhados como projeto, impulsionado por uma onda de conservadorismo e intensificado com a pandemia do covid-19 desde março de 2020. (ADICHIE, 2010; hooks, 2017; FREIRE, 1997). Devemos nos perguntar que tipo de educação que está sendo posta nas instituições públicas e quais são as pedagogias possíveis no ensino remoto durante a pandemia? A sensação é de estarmos colocando band-aid em uma ferida aberta, que precisa ser limpa, costurada, e tratada, uma ferida que já existia bem antes dessa pandemia, quantos de nós estamos tendo acesso às atividades a distância? Quantos de nós estamos aprendendo? O quê e para que estamos aprendendo? Para onde a gente tá indo com tudo isso? A partir da nossa vivência como alunes na universidade, no movimento social e no programa institucional de bolsas de iniciação à docência - PIBID artes visuais, nós, duas bolsistas e um voluntário iremos abordar nesse artigo sobre a importância de dialogar temas relacionados à raça, gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva decolonial em sala de aula virtual e as dificuldades enfrentadas tanto na preparação dos conteúdos, quanto na aplicação destes no ensino remoto em meio ao contexto pandêmico.

Palavras-chave: Ensino de artes visuais, Decolonial e PIBID.

RESUMEN

La historia única, la educación bancaria, la precariedad de la enseñanza-aprendizaje y los diversos recortes en la educación brasileña, se ha diseñado como un proyecto, impulsado por una ola de conservadurismo e intensificado con la pandemia del covid-19 desde marzo de 2020 (ADICHIE, 2010; hooks, 2017; FREIRE, 1997). Debemos preguntarnos qué tipo de educación se está poniendo en las instituciones públicas y qué pedagogías son posibles en el aprendizaje a distancia durante la pandemia. La sensación es que estamos poniendo curitas en una herida abierta que necesita ser limpiada, cosida y tratada, una herida que existía mucho antes de esta pandemia, ¿cuántos de nosotros tenemos acceso a actividades a distancia? ¿Cuántos de nosotros estamos aprendiendo? ¿Para qué estamos aprendiendo? ¿A dónde vamos con todo esto? Con base en nuestra experiencia como estudiantes de la universidad, en el movimiento social y en el programa institucional de becas de iniciación docente - PIBID artes visuales, dos becarios y un voluntario abordaremos en este artículo la importancia de dialogar temas relacionados con raza, género y la sexualidad desde una perspectiva descolonial en el aula virtual y las dificultades enfrentadas tanto en la elaboración de contenidos como en su aplicación en la educación a distancia en medio del contexto pandémico.

Palabras clave: Docente de Artes Visuales, Decolonial y PIBID.

Introdução

A educação de artes visuais que temos hoje em dia nas escolas faz parte de um ensino baseado nos conceitos europeus, que visa histórias que não aconteceram no Brasil, histórias onde o clima e as pessoas são diferentes do nosso, resultando em uma problemática que não está em mostrar essas histórias, obras e produções europeias, mas sim somente elas. Temos uma realidade onde não conversamos sobre o cotidiano dos alunos no ensino das artes, não trazemos artistas que são da mesma cidade, do mesmo estado, do mesmo país que as crianças ocupam. Gloria Anzaldúa teórica, escritora, sapatão/ feminista, aborda em seu ensaio "A nova nação mestiza um movimento multicultural" a relação de poder que está posta na perpetuação do ensino baseado nos conceitos europeus e a urgente necessidade de multiplicar os olhares de narrativas.

Nós queremos que nossas histórias, nosso conhecimento, nossas perspectivas sejam aceitas e variadas não só nas universidades mas também nas escolas de educação fundamental e ensino médio. As raízes da educação multicultural se baseiam nas experiências de vida e luta das mulheres de cor e pessoas da classe trabalhadora. Não que outros grupos não tenham também lutado por isso, mas nós temos estado aqui desde o começo, sabendo que a educação depende da incorporação de todos os pontos de vista diferentes, branco, de cor, mestiza, fundadas em e fundando las lenguas de nossos povos. (ANZALDÚA, Glória; p. 185, 2021.)

Os povos colonizados que têm como bases histórias eurocêntricas legitimadas, ficam divididos na própria cultura, tendo por um lado a imposição do processo de colonização como único modelo a ser seguido, e por outro práticas cotidianas de resistências que trazem outras perspectivas diversas de viver, ser e estar no mundo. Assim como a teoria decolonial que traz críticas a esse sistema colonial, e propõem outras formas de olhar e lidar com esses processos.

Gênero, raça, classe e sexualidade: a imposição colonial e a decolonialidade

Para se falar sobre decolonialidade temos que falar sobre colonialidade. A palavra colonialidade vem de colônia em que a sua definição passa por ser um lugar de exploração da natureza e de diversas pessoas, para um corpo específico ter livre acesso e bem viver. O colonialismo foi um período histórico do processo de dominação europeia sobre os povos de outros continentes, em que nessa dominação se dá a relação dicotômica entre natureza x cultura, criando disparidades dos povos colonizados sobre seus exploradores.

A exploração tem início aqui no Brasil e no resto da América latina a partir do ano de 1500 d.c, em que tanto a mão de obra, quanto a matéria prima viram produtos mercantis, sendo fontes importantes para a acumulação de capital dos países colonizadores. A justificativa de

toda a violência que se sucede é posta pela sistematização da ciência na época, trazendo teorias que comprovam a não humanidade presentes em outros povos e pessoas, como explica a pensadora Maria Lugones em Rumo a um feminismo decolonial:

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. (LUGONES, Maria; p. 371, 2010)

Na imposição dessa civilização, o colonizador legitimou tornar certos corpos matáveis, ficando explícito com a diáspora e a retirada de pessoas africanas de seu continente para servirem de força de trabalho nas colônias europeias e a invasão e exploração de pessoas e dos territórios indígenas, que serviu para a construção e imposição da cultura europeia no mundo todo como a única, superior e a mais perfeita forma existente de se viver.

Essa imposição da cultura eurocêntrica deu seguimento para a expansão do projeto colonial capitalista, dando também início a Modernidade e a ideia de progresso, que segundo o filósofo argentino, DUSSEL (2000) é um conceito eurocêntrico por ter seu início na Europa e ser responsável pela propagação de desigualdades e por promover a Europa como continente modelo de desenvolvimento e civilização, dando início a lógica da globalização centrada no modo de viver, ser e estar europeu.

Esse modo de viver europeu, calcado nas violências de gênero, raça, classe e sexualidade, marcam padrões e estereótipos bem delimitados dessas categorias, as questões de gênero e sexualidade e o modo como as sociedades constroem seus sistemas sexo-gênero depende de diversas práticas sociais e culturais que também são profundamente atravessadas pelas heranças coloniais. É sabido que vários povos indígenas do território brasileiro (pindorama) não possuem um sistema sexo- gênero binário, as vezes pode ser um sistema terciário, como gêneros: mulher, homem e dois espíritos, ou até quaternário, quindenário, mas também ocorre com povos negros do continente africano, como o reino de Nzinga na África pré-colonial, a partir dessas experiências e muitas outras podemos constatar que o sistema binário de gênero do modo que conhecemos é uma imposição e invenção europeia. O gênero também influencia na organização social, como a diferença entre as sociedades matriarcais e

patriarcais, entendendo que o patriarcado, que também atravessa os povos originários, se perpetua hegemonicamente devido a colonialidade europeia e ao capitalismo como explica Maria Lugones:

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica. À medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso dessa transformação, a normatividade que conectava os gêneros e a civilização passou a funcionar como uma forma de apagamento dos laços comunitários, das práticas ecológicas, do conhecimento sobre agricultura, produção de utensílios, sobre o cosmos, e não apenas pela transformação e pelo controle sobre as práticas sexuais e reprodutivas. Conseguimos começar a enxergar a ligação entre a introdução colonizadora do conceito instrumental moderno de natureza, ideia central ao capitalismo, e a introdução também colonizadora do conceito moderno de gênero; e vê-las em suas ramificações impressionantes, macabras e pesadas. (LUGONES, Maria; p.373,374, 2010)

O conceito moderno de gênero que foi imposto aos colonizados é um sistema patriarcal de opressão assim como as outras categorias colocadas acima, em que os homens, brancos, heteros, cis, ricos e capacitistas estão no centro, como chefes de famílias, na vida social e política e que se unem para violar corpos e terras.

A decolonialidade então surge como uma forma de resistência às imposições coloniais, abrindo espaço de maneira conflituosa para pessoas subalternas e de culturas outras, se posicionarem e criticarem os padrões impostos a partir de seus lugares de fala, escuta, de ser e estar, mostrando que as ocupações do mundo e dos territórios podem ter formas outras de existência. Chimamanda Adichie (2018), é uma escritora nigeriana, que faz uma crítica sobre os perigos de história única em uma palestra para o grupo TED, trazendo a importância de se contar a própria história:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. [...]
[...]Eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, Chimamanda; p.16, 2018)

A decolonialidade surge com a possibilidade de termos histórias contadas sobre as perspectivas dos próprios personagens, e não mais de um narrador europeu colonizador, nos abre espaço para conhecer outros lugares sobre uma perspectiva mundial, nacional e regional. Porque muitas das histórias que ouvimos sobre outros continentes que não o europeu é contada

a partir de um pensamento midiático colonial, mostrando só as mazelas enfrentadas por eles e dando entender que esses lugares não tem nada a oferecer.

É necessário pensar em uma descolonização nas artes brasileiras por causa do processo da colonialidade. A colonização nas artes visuais se dá a partir das obras de artes que temos acesso, às narrativas que as iconografias contam e as histórias do desenvolvimento unicamente da arte europeia. Nós cidadãos brasileiros, quantas vezes tivemos acesso a obras de arte brasileiras? Quais artistas brasileiros estudamos quando estávamos na escola? Qual tipo de arte é legítima nas instituições de ensino? A maioria dos artistas que são explorados nas artes visuais brasileiras são do exterior, mais precisamente europeus, já as pessoas brasileiras que são levadas em conta, ocupam o padrão de pessoa imposto e legitimado pelo sistema colonial capitalista. Assim como explica a pesquisadora Ivone Mendes Richter no livro *Inquietações e mudanças no ensino da arte* da autora Ana Mae Barbosa:

[...] no ensino da arte na escola, que usualmente aparece carregado dos códigos hegemônicos norte americanos e europeus, com uma visão distorcida de que a arte dita erudita, o importante, é feita por brancos, do sexo masculino, europeus ou de origem europeia, segundo os cânones formais da modernidade. Ficam usualmente excluídas todas as manifestações artísticas não condizentes com esses padrões ou relegadas as categorias de folclore, arte popular, arte indígena, (RICHTER, Mendes; p. 91, 2002)

A arte que temos hoje nas escolas foi criada na Europa no século XIV a partir do movimento renascentista que vai estreitar as considerações do que é arte para os europeus, esse movimento buscava uma perfeição, racionalidade, métodos e valores para uma representação do “novo mundo” a partir da cisão entre artesanato e arte, cisão essa em que a arte passa a ser uma materialidade de poder e lucro, da tentativa da burguesia se sobrepôr ou se igualar a nobreza, ultrapassando a arte a busca pela perfeição é imposta e perpetuada na maneira de viver, ser, estar, pensar e desejar.

A separação entre arte e artesanato está atrelada a uma estética ideológica fundada na fragmentação dos saberes, no pensamento cristão e capitalista na Europa. Essa ideia ainda bastante presente é visível nas mídias como, nos filmes, novelas, nos livros didáticos, nas informações passadas nas instituições de ensino e em diversos lugares das sociedades ocidentais e ocidentalizadas dando motor e movimentos para a máquina colonial. Esta separação vem da mesma dicotomia entre natureza e cultura, brancos e não brancos, homem e mulher, feio e belo, humanos e não humanos, entre outras. Essas ideias ainda bem difundidas no contemporâneo mostram como o passado que tivemos está ainda presente quando se coloca na balança, as

referências que são levadas em conta, referências que são mostradas e difundidas, referências que têm espaços e acessos de grande circulação.

A arte contemporânea pouco explorada nas escolas, tem levantado reivindicações e pautas muito importantes sobre a construção sócio-histórica dentro campo artístico, algumas pessoas indígenas têm usado esse campo como instrumento de conflito de narrativas, mesmo que alguns povos originários não tenha a palavra arte no seu vocabulário por não diferenciar a arte de outros aspectos da vida. A propagação em grande escala da cultura e arte europeia centraliza e apaga qualquer prática dos afetos e linguagens não hegemônicas, não tendo espaço e visibilidade para essas outras linguagens que chamamos de arte, sobre ou dos povos originários, isso não porque eles não produziam e produzem, mas porque para o sistema colonial capitalista termos conhecimentos dessas outras histórias que nos constituem, é produzir memória e como disse Ailton Krenak liderança indígena brasileira em uma de suas entrevistas “a memória é a consciência crítica”. Pensando que ocupamos o território brasileiro, não faz sentido estudar só o território europeu antes da invasão dos portugueses, isso só reforça a história hegemônica, que oprime não só aos negros e indígenas, mais também asiáticos, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e a natureza que são vistas como inimigas desse sistema.

Atividades do PIBID

A fim de trazer temas descoloniais para as aulas de arte na escola em que estamos inseridos com o PIBID, propomos atividades que fujam das referências eurocêtricas, com o intuito de mostrar as diversidades culturais internacionais e regionais existentes.

Criamos uma atividade que intitulamos “*Se vista como um rei*”, onde trouxemos o fotógrafo nigeriano George Osodi que participou da 11ª Bienal do Mercosul, apresentamos na atividade a fotografia *Oharisi III - Ovie of Ughelli*, onde tem um rei nigeriano da região Ughelli uma cidade no estado de Delta, sentado no seu trono com dois homens ao seu lado, como mostra a imagem a abaixo.



Imagem 1: Oharisi III - Ovie of Ughelli (2012).
Fonte: site artsy. Net

Pedimos para que as crianças depois de verem a fotografia, procurassem se imaginar como rei ou rainha, pensando em suas vestimentas poderiam usar tecidos diversos que tivessem em casa para se vestir e nos enviar uma fotografia ou que fizessem um desenho. Esta atividade buscava a libertação do pensamento e do imaginário, questionando as crianças e apresentando para elas outras referências, que não eram conhecidas sobre o que é ser rei, buscando ir além das histórias românticas que nos são contadas desde criança. Na devolutiva dessa atividade as crianças usaram para a proposta vestimentas que já tinham em casa, outras fantasias e coroas prontas para construção do rei e rainha, mesmo a atividade propondo outra perspectiva desses postos, muitos dos alunos trouxeram a concepção ocidental, chamando atenção para um lugar de poder, luxo e o padrão das princesas Disney que estão muito enraizados em seus repertórios. Segundo a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2018), a história única parte do pensamento que a narrativa posta pela cultura ocidental tem o objetivo de apagar outras histórias e existenciais para sua manutenção.

Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ser estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar." (ADICHIE, Chimamanda; p.8, 2018.)

Na outra atividade demos o nome de “*Memória, narrativa e coisas*”, apresentamos as artistas Sonia Gomes e Rosana Paulino, e o artista indígena Denilson Baniwa, suas obras e algumas de suas falas sobre suas vidas e trabalhos que se entrelaçam. Sônia Gomes, artista mineira, explica sua visão por história e memória, a partir dos seus trabalhos com tecidos.

Quando o trabalho é concluído, a história vai ser minha, vai ser outra história. A pessoa que vê o trabalho vai encontrar um pouco da história dela. Acho que o trabalho é essa construção de história, de vida e tempo.’ (GOMES, Sonia. 19º Festival de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil, 2018)



Imagem 2: Mãos de ouro (2008). Fonte: siteufrgs.br

Essa imagem acima é uma das obras da artista que trouxemos para a atividade, intitulada ‘‘Mãos de ouro’’ a obra se constitui em um caderno com colagens de papéis, tecidos e costuras em que propõe ressignificar revistas de moda direcionadas para mulheres, trazendo outra narrativa e recheando com elemento que não costumam serem abordados nessas revistas. Tentamos instigar os alunos a olharem as suas memórias, narrativas e cotidianos e a contar um pouco delas de maneira real ou ficcionada, pensando na fluidez desses polos, assim como os artistas abordam em suas obras, fazendo com que o lugar da história única seja subvertido e mostrando que, cada narrativa contada parte de um lugar específico e corporificado. Já nas devolutivas dessa atividade os estudantes trouxeram suas vivências, contando histórias de seus cotidianos no interior do Rio Grande do Sul, tratando do contato com os animais, do mato ou de estimação, as brincadeiras com colegas, de suas casas e o cotidiano com seus parentes, pensando o território onde vivem e construindo suas próprias narrativas. De acordo com Maria Lugones, socióloga argentina, é preciso olhar e entender que existem outras formas de vida, outras formas de estar no mundo, de pensar o mundo e viver junto a ele.

As comunidades, e não os indivíduos, possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento. O boca a boca, a passagem de mão em mão das práticas vividas, dos valores, crenças, ontologias, espaços-tempo e cosmologias constituem as pessoas. A produção da vida diária, na qual existimos, produz nossos Eus, à medida que nos provê vestimentas, comida, economias e ecologias, gestos,

ritmos, hábitos, e noções de espaço e tempo; todos produtos significativos para nós. Mas é importante destacar que esses caminhos não são apenas diferentes: eles afirmam um ideal da vida acima do lucro, de um comunalismo acima do individualismo, de um “estar” em vez do empreendimento; seres em relação em vez de separados dicotomicamente repetidas vezes em fragmentos hierárquica e violentamente ordenados. Essas formas de ser, de dar valor e de acreditar se estabeleceram como parte da resposta resistente à colonialidade. (LUGONES, Maria; p. 386, 2019.)

O ensino remoto na Pandemia e a lupa de aumento da educação bancária

É importante lembrar para onde a educação pública no Brasil estava indo antes de 2020 e a pandemia do Covid-19, com as ameaças de fechamento das universidades, cortes das verbas da educação, cortes nas bolsas de pesquisa, ensino e extensão e investimentos privados sendo ofertados como quem não quer nada para as instituições públicas de ensino. É nesse contexto que o governo brasileiro continua interessado a priorizar o lucro acima da população, possibilitando a continuidade do projeto colonial em que os territórios do sul global servem apenas para exploração, precarizando a vida das pessoas em diversos âmbitos. Sendo um deles o ensino-aprendizagem e a educação em momentos de conservadorismo se restringem, tanto as informações e narrativas possíveis a serem mostradas, quanto o próprio acesso ao ensino básico e superior. Assim como o projeto de lei Future-se, proposto pelo o ministro da educação Abraham Weintraub no ano de 2019 que prévia/prevê uma reforma no ensino superior em que as aulas poderiam acontecer de modo virtual ou híbrido, onde visava privatizar parte das universidades públicas a partir de parcerias com o sistema privado (Google Classe e outros) interessados nos estudos e recursos que as universidades produzem, deixando de ser algo público que atende a população, para servir ao mercado.

Por esses motivos, precisamos pensar no ensino remoto em meio a pandemia em que as aulas continuam acontecendo a todo vapor, sem a preocupação com quem acessa, quem não consegue acessar e a precarização do trabalho dos professores, mostrando suas problemáticas e possíveis desdobramentos conservadores. As instituições de ensino continuam apostando no sistema de educação bancária que Paulo Freire e bell hooks tratam em seus textos, um sistema excludente que já está falido e é ineficaz, em que serve só para afastar cada vez mais os alunos das escolas, assim como afirma a teórica bell hooks sobre sua passagem e experiência pela escola.

O sistema de educação bancária (baseado no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimento que podem ser depositados, guardados e usados numa data futura) não me interessava. (hooks, bell; p.14, 2013.)

Uma das coisas que observamos é que as devolutivas dos alunos acabam sendo escassas, as atividades que tivemos contato foram entregues pelos grupos do *Facebook* e do *Whatsapp* e de maneira presencial na folha impressa que demorou um pouco mais para termos acesso, entendemos com isso que essa escassez aponta uma evasão muito mais intensa do que já vinha acontecendo antes de 2020. Com as aulas remotas, a educação bancária acaba se intensificando como método de ensino possível a ser efetuado e professores que tentavam abordar os conteúdos de uma maneira mais profunda relacionando vida, conteúdo e cotidiano tiveram que torná-los mais objetivo de uma maneira mais rasa sendo transmitidos e depositados aos alunos, tendo como retorno da absorção do conteúdo uma atividade, segundo Paulo Freire (1997), “eis aí a concepção ‘bancária’ da educação em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, Paulo; p.62, 1997.). É necessário trocas entre a comunidade escolar, conversas e aprofundamentos e não transposição de conhecimento do professor para o aluno, a escola tá pra entender o mundo e a si mesmo, as coisas que acontecem na nossa sociedade e em outras, como um lugar de conhecimentos e saberes compartilhados das vidas diversas existentes, onde os alunos, professores e a comunidade escolar como um todo consigam entender quais são os lugares que ocupam, quem são eles e a partir daí entender onde e como podem agir como atores da sociedade.

Um caminho longo e árduo, pois não sendo pouco, a cultura europeia é também uma cultura adultocêntrica, que não leva em conta as formas que as crianças enxergam o mundo, as vê como alguém que está em construção e que os adultos já estão crescidos e prontos para lidar como a sociedade, o que não é real, estamos todos sempre aprendendo e ensinando do começo ao fim da vida. Isso tudo só assegura a perpetuação da hierarquia conflituosa e geracional que vivemos entre adultos x criança, professora x aluno, velho x jovem, entre outras. Sendo assim é de extrema importância novas narrativas serem abordadas dentro da sala de aula, para incentivar os alunos a olhar e entender sua subjetividade pensando em seus sonhos, desejos e realidades possíveis que gostariam de viver.

Precisamos construir espaços educacionais onde caibam nossas urgências e o ensino remoto não tem cumprido esse papel. Ao invés de amenizar os problemas de acesso à educação na pandemia, acentua a desigualdade, e é uma decisão unilateral, seja no ensino básico ou na universidade, bem como tem sido o retorno presencial nas escolas públicas durante a pandemia, uma decisão tomada em maior parte por políticos neoliberais com fins mercadológicos.

Tratando de questões técnicas, a rede de internet no Brasil é bem instável e a tecnologia e seu custo é absurda. Precisamos pensar neste meio remoto e nas problemáticas existentes, como o difícil acesso a uma banda larga de qualidade e a possível censura dos responsáveis, dificulta a construção de uma aula onde consigamos abordar temas que fogem do *status quo*.

A dependência de muitos brasileiros dos dispositivos móveis impacta a qualidade dos acessos, uma vez que esta modalidade possui franquias com quantidade limitada de dados, o que restringe a quantidade de serviços que podem ser utilizados ao longo do mês. (VALENTE; 2020)

O desmonte das instituições públicas de ensino, por meio do EAD, da censura e dos cortes tem sido o projeto do governo Bolsonaro para a educação, assim como Nelson Mandela diz ‘ o governo não dá educação porque a educação derruba o governo’ acreditamos que a educação sozinha não derruba o governo mas ela é fundamental para que construamos uma consciência coletiva, essa consciência cria estratégias e ideologias de coletividade que passam pela valorização da memória, em que esses processos permitem-nos produzir resistências e imaginar mundos possíveis em que queremos viver.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. **A nova nação mestiça um movimento multicultural**. A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios, Rio de Janeiro, editora a bolha, 255p. 2021.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Pensamento feminista: conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Editora Bazar do tempo, 440p. 2019.
- DUSSEL, Enrique. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2000.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RICHTER, Mendes. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. Cortez Editora, p. 91, 2002.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação "bancária" e educação libertadora**. Introdução à psicologia escolar. 3ª edição. revisão atual. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997.
- VALENTE, Jonas. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>>. Acesso em jun/2021.
- Fonte da imagem 1** - Oharisi III - Ovie of Ughelli de George Osodi. Disponível em: <<https://www.artsy.net/artwork/george-osodi-hrm-oharisi-iii-ovie-of-ughelli-from-the-monarch-series>>. Acesso em ago/2021.
- Fonte da imagem 2** - **Mãos de ouro** de Sonia Gomes. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/arterversa/as-maos-de-ouro-de-sonia-gomes-costura-e-memoria/>>. Acesso em ago/2021.